

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.214 - DF (2020/0262238-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : JANAINA SARAIVA SILVEIRA BRAGA
ADVOGADOS : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR - DF011555
ODASIR PIACINI NETO - DF035273
TATIANA DA CUNHA MASCARENHAS ROCHA -
DF051051

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL ESTÁGIO PROBATÓRIO LICENÇA REMUNERADA PARA PARTICIPAR DE CURSO DE FORMAÇÃO CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ POSSIBILIDADE ISONOMIA DIREITO LÍQUIDO E CERTO AGRAVO PREJUDICADO APELAÇÃO REMESSA OFICIAL DA UNIÃO IMPROVIDOS SENTENÇA MANTIDA.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 20, § 4º, da Lei n. 8.112/90 e do art. 14 da Lei n. 9.624/98, no que concerne à vedação de licença a servidor público federal, com opção pela remuneração do respectivo cargo, para participar de curso de formação em cargo Municipal, Estadual ou Distrital, diante da ausência de previsão legal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

As normas previstas no artigo 14 da Lei n. 9.624/98 e no artigo 20, § 4º, da Lei n. 8.112/90, conferem direitos apenas àqueles servidores federais que forem preliminarmente aprovados em concursos públicos para o provimento de outro cargo na Administração Pública Federal e, portanto, não alcança a situação da impetrante. Eis o seu teor:

[...]

Ora, no caso dos autos, a impetrante, ocupante do cargo de Analista Processual do Ministério Público Federal, pretende obter o afastamento remunerado para participar do curso de formação relativo ao concurso público para o provimento do cargo de

Delegado da Polícia Civil do Estado do Ceará, o qual não está vinculado à Administração Pública Federal.

Sendo assim, nitidamente, a situação da impetrante não se subsume à hipótese legal (fl. 180).

Assim, a participação no curso de formação pretendida pelo demandante encontra óbice no princípio da legalidade.

Nesse passo é de se destacar que o Estado do Ceará possui personalidade própria (é pessoa jurídica de direito público), cujos servidores possuem também regime jurídico próprio e diverso do dos servidores da União.

Qualquer ajuda organizacional e financeira da União àquele Estado não é suficiente para conferir aos servidores deste último ente a existência de vínculo com a União.

Por fim, deve ser ressaltado que não é possível haver equiparação com carreira diversa, estendendo benefícios não previstos em Lei, sob o fundamento da isonomia, pois tal providência encontra óbice no princípio da legalidade estrita e no princípio da separação de poderes, tendo em vista que o Judiciário não pode fazer as vezes de legislador positivo (fl. 181).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Em que pese a legislação pertinente ao tema não apontar, de forma expressa, a possibilidade de afastamento remunerado dos servidores públicos federais para participação de curso de formação, decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Estadual, ao apreciar caso análogo ao presente, esta Corte entendeu que em homenagem ao Princípio da Isonomia, não se pode conceber que servidores públicos federais tenham direito de afastar-se do exercício do cargo para frequentar curso de formação para provimento de cargos da Administração Pública Federal e não o tenham quando se tratar de cargos da administração dos Estados, Distrito Federal e Municípios (fls. 169/170).

Outrossim, deve ser respeitado o princípio da acessibilidade dos cargos públicos, previsto no inciso I do art. 37 da Constituição Federal (fl. 171).

Da análise dos autos, percebe-se que há fundamento constitucional autônomo no acórdão recorrido e não houve apresentação do devido recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão

Superior Tribunal de Justiça

recorrido possui, além de fundamento infraconstitucional, fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção do julgado.

Nesse sentido: “[...] firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário. A existência de fundamento constitucional autônomo não atacado por meio de Recurso Extraordinário enseja aplicação do óbice contido na Súmula 126/STJ”. (AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1.684.690/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 16/4/2019; AgRg no REsp 1.850.902/MT, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 29/6/2020; REsp 1.644.269/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 7/8/2020; AgRg no REsp 1.855.895/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; AgInt no AREsp 1.567.236/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 4/6/2020; AgInt no AREsp 1.627.369/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente